

PROFISSIONAL JÚNIOR

FORMAÇÃO: DIREITO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com os enunciados das 70 questões das Provas Objetivas e das 2(duas) questões da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

CONHECIMENTOS BÁSICOS						CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
LÍNGUA PORTUGUESA II		LÍNGUA INGLESA II		INFORMÁTICA IV					
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 10	1,0	11 a 20	1,0	21 a 25	1,0	26 a 40	1,3	56 a 70	2,0
-	-	-	-	-	-	41 a 55	1,7	-	-

b) um Caderno de Respostas para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Processo Seletivo Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**;

c) se recusar a entregar o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** quando terminar o tempo estabelecido.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** grameado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

Obs. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 5 (CINCO) HORAS**, findo o qual o candidato deverá, **obrigatoriamente**, entregar **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** grameado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no segundo dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

LÍNGUA PORTUGUESA II

O Homem e o Universo

Somos criaturas espirituais num cosmo que só mostra indiferença

Algo paradoxal ocorre quando nos deparamos com nossa "pequenez" perante a Natureza.

Por um lado, vemo-nos como seres especiais, superiores, capazes de construir tantas coisas, de criar o belo, de transformar o mundo através da manipulação de matéria-prima, da pedra bruta ao diamante, da terra inerte ao monumento cheio de significado, dos elementos químicos a plásticos, aviões, bolas e pontes. Somos artesãos, meio como as formigas, que constroem seus formigueiros aos poucos, trazendo coisas daqui e dali, erigindo seus abrigos contra as intempéries do mundo.

Por outro lado, vemos nossas obras destruídas em segundos por cataclismas naturais, prédios que desabam, cidades submersas por rios e oceanos ou por cinzas e lava, nossas criações arruinadas em segundos, feito os formigueiros que são achatados sob as sandálias de uma criança, causando pânico geral entre os insetos.

O paradoxo se intensifica mais quando olhamos para o céu e vemos a escuridão da noite ou o azul vago do dia, aparentemente estendendo-se ao infinito, uma casa sem paredes ou teto, sem uma fronteira demarcada. E se pensamos que cada estrela é um sol, e que tantas delas têm sua corte de planetas, fica difícil evitar a questão da nossa existência cósmica, se estamos aqui por algum motivo, se existem outros seres como nós – ou talvez muito diferentes – mas que, por pensar, também se inquietam com essas questões, buscando significado num cosmo que só mostra indiferença.

O que sabemos dos nossos vizinhos cósmicos, os outros planetas do Sistema Solar, não inspira muito calor humano. Vemos mundos belíssimos e hostis à vida, borbulhantes ou frígidos, cobertos por pedras inertes ou por moléculas que parecem traçar uma trilha interrompida, que ia a algum lugar mas, no meio do caminho, esqueceu o seu destino. Só aqui, na Terra, a trilha seguiu em frente, criou seres de formas diversas e exuberantes, compromissos entre as exigências ambientais e a química delicada da vida.

Se continuarmos nossa viagem para longe daqui, veremos nossa galáxia, soberana, casa de 300 bilhões de estrelas, número não tão diferente do total de neurônios no cérebro humano. A pequenez é ainda maior quando pensamos que a Terra, e mesmo o Sistema Solar inteiro, não passa de um ponto insignificante nessa espiral brilhante que se estende por 100 mil anos-luz. Porém, se o que vemos no Sistema Solar, a incrível diversidade de seus planetas e luas, é uma

50 indicação, imagine que surpresas nos esperam em trilhões de outros mundos, cada um grão de areia numa praia.

Ao olhar para o Universo, o homem é nada. Ao olhar para o Universo, o homem é tudo. Esse é o paradoxo da nossa existência, sermos criaturas espirituais num mundo que não se presta a questionamentos profundos, um mundo que segue, resolutivo, o seu curso, que procuramos entender com nossa ciência e, de forma distinta, com nossa arte.

60 Talvez esse paradoxo não tenha uma resolução. Talvez seja melhor que não tenha. Pois é dessa inquietação do ser que criamos significado, conhecimento e aprendemos a lidar com o mundo e com nós mesmos. Se respondemos a uma pergunta, devemos estar prontos a fazer outra. Se nos perdemos na vastidão do cosmo, se sentimos o peso de sermos as únicas criaturas a questionar o porquê das coisas, devemos também celebrar a nossa existência breve. Ao que parece, somos a consciência cósmica, somos como o Universo pensa sobre si mesmo.

Marcelo Gleiser, **Folha de São Paulo**, 31 de janeiro de 2010.

1

O texto "O Homem e o Universo" tem como cerne um paradoxo. O paradoxo de que trata o texto se dá entre (A) a reflexão do ser humano e a indiferença do Universo. (B) a breve existência humana e a infinitude do Universo. (C) a consciência cósmica humana e o vasto Universo. (D) a pequenez do ser humano e o universo imensurável. (E) a pergunta e a resposta que cada pergunta gera.

2

Antítese é uma figura de linguagem com a qual se salienta uma oposição de ideias por meio de sentenças ou palavras. O fragmento que contém uma antítese é:

- (A) "Somos artesãos, meio como as formigas," (l. 8-9)
(B) "vemos nossas obras destruídas em segundos por cataclismas naturais," (l. 12-13)
(C) "se pensamos que cada estrela é um sol, e que tantas delas têm sua corte de planetas, fica difícil evitar a questão da nossa existência cósmica," (l. 23-25)
(D) "Ao olhar para o Universo, o homem é nada. Ao olhar para o Universo, o homem é tudo." (l. 53-54)
(E) "somos como o Universo pensa sobre si mesmo." (l. 69-70)

3

A conjunção "e" pode assumir diferentes funcionamentos e apresentar valores semânticos diferentes. O trecho em que e pode expressar ideia contrastiva é:

- (A) "... e vemos a escuridão da noite ..." (l. 20)
(B) "Vemos mundos belíssimos e hostis..." (l. 33)
(C) "criou seres de formas diversas e exuberantes," (l. 38-39)
(D) "e mesmo o Sistema Solar inteiro," (l. 45-46)
(E) "que procuramos entender com nossa ciência e, de forma distinta, com nossa arte." (l. 58-59)

4

O autor se utiliza de diversas analogias no texto. Nos fragmentos a seguir, os termos em negrito em que **NÃO** ocorre analogia é

- (A) **Somos artesãos**, meio como **as formigas, que constroem seus formigueiros** ... (l. 8-10)
- (B) ... vemos nossas obras destruídas ... por **cataclismas naturais**, ... que são achatados sob **as sandálias de uma criança** ... (l. 12-17)
- (C) ... estendendo-se ao **infinito, uma casa sem paredes ou teto**, ... (l. 21-22)
- (D) E se pensarmos que cada **estrela** é um sol, ... (l. 23)
- (E) ... se o que vemos no Sistema Solar, ... de seus **planetas e luas**, é uma indicação, ..., cada um **grão de areia** numa praia. (l. 48-52)

5

Observe:

“Porém, se o que vemos no Sistema Solar, a incrível diversidade de seus planetas e luas, é uma indicação ...” (l. 48).

A **indicação** a que se refere o texto é

- (A) o nosso do Sistema Solar.
- (B) a possibilidade de nos surpreendermos com o que existe em outros mundos.
- (C) o fato de haver planetas e luas diversos entre si.
- (D) a certeza de que a Terra é um ponto insignificante no Universo.
- (E) a ideia de que o universo se estende por 100 mil anos-luz.

6

O período escrito de acordo com a norma padrão é

- (A) O formigueiro, sobre cuja a destruição foi atribuída às crianças, era muito antigo.
- (B) O astrônomo de cuja teoria lhe falei vem ao Brasil no próximo semestre.
- (C) O planeta que moramos tem condições para abrigar várias formas de vida.
- (D) A constelação cuja a estrela principal se chama Alpha Centauri fica no Hemisfério Sul.
- (E) O planeta Marte, cujo é vizinho próximo da Terra, não parece ter água em sua superfície.

7

Em “se sentimos o peso de sermos as únicas criaturas a questionar o porquê das coisas”, encontra-se acentuado o termo “porquê”. Em qual das seguintes frases o acento está empregado corretamente?

- (A) Ele não sabe por quê não pergunta.
- (B) O motivo de quê ele reclama é absurdo.
- (C) Ele reclama não sei de quê.
- (D) Seguimos nos perguntando porquê não temos uma resposta definitiva.
- (E) São grandes as mudanças porquê o mundo vem passando.

8

Observe as afirmativas feitas a partir do quarto parágrafo.

- I - Para que haja vida, deve existir um equilíbrio entre as condições do ambiente e as ações e transformações dos elementos.
- II - Os outros planetas do Sistema Solar estão tão afastados que não produzem calor para os seres humanos.
- III - Em algum planeta do Sistema Solar, existem elementos que poderiam se transformar em formas de vida.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I. (B) II.
- (C) I e II. (D) I e III.
- (E) II e III.

9

Considerando os fragmentos a seguir, de acordo com o texto “O Homem e o Universo”, quanto à pontuação, tem-se que em

- (A) “– ou talvez muito diferentes –” (l. 27), os travessões podem ser substituídos por parênteses, mas não por vírgulas.
- (B) “buscando significado num cosmo que só mostra indiferença” (l. 29-30), pode-se usar vírgula antes de “que”.
- (C) “Vemos mundos belíssimos e hostis à vida, borbulhantes ou frígidos, cobertos por pedras inertes ou moléculas...” (l. 33-35), o sinal de dois pontos (:) pode ser colocado após a palavra “mundos”.
- (D) “veremos nossa galáxia, soberana, casa de 300 bilhões de estrelas” (l. 42-43), podem ser retiradas as vírgulas sem alterar o sentido da sentença.
- (E) “seja melhor que não tenha. Pois é dessa inquietação do ser...” (l. 61), o ponto pode ser substituído por uma vírgula.

10

Analisando as proposições a seguir, à luz da norma culta da língua portuguesa, aplicada a trechos retirados do texto, tem-se que

- (A) se fosse uma palavra feminina em lugar de “plásticos” (l. 8), deveria ser usado acento grave, por exemplo, “dos elementos químicos à bolsas”.
- (B) o plural de “cidadão” também segue a regra para emprego do plural do termo artesão em “Somos artesãos” (l. 8-9).
- (C) o termo “meio” em “meio como formigas” (l. 9) indica oralidade e tem o mesmo emprego que “meio” em “meio ambiente”.
- (D) se o número “300” (l. 42) estivesse por extenso, seria “trezentas” para concordar com “estrelas” em “300 bilhões de estrelas” (l. 42-43)
- (E) o termo “que” em “imagine que surpresas nos esperam em trilhões de outros mundos” (l. 50-51) pode ser substituído por “quantas” sem prejuízo de sentido.

LÍNGUA INGLESA II

Happy 150th, Oil! So Long, and Thanks for Modern Civilization

By Alexis Madrigal
WIRED SCIENCE, August 27, 2009

One hundred and fifty years ago on Aug. 27, Colonel Edwin L. Drake sunk the very first commercial well that produced flowing petroleum. The discovery that large amounts of oil could be found underground marked
5 the beginning of a time during which this convenient fossil fuel became America's dominant energy source.

But what began 150 years ago won't last another 150 years — or even another 50. The era of cheap oil is ending, and with another energy transition upon us,
10 we've got to extract all the lessons we can from its remarkable history.

"I would see this as less of an anniversary to note for celebration and more of an anniversary to note how far we've come and the serious moment that we're at
15 right now," said Brian Black, an energy historian at Pennsylvania State University. "Energy transitions happen and I argue that we're in one right now. Thus, we need to aggressively look to the future to what's going to happen after petroleum."

When Drake and others sunk their wells, there were no cars, no plastics, no chemical industry. Water power was the dominant industrial energy source. Steam engines burning coal were on the rise, but the nation's energy system — unlike Great Britain's — still used fossil
25 fuels sparingly. The original role for oil was as an illuminant, not a motor fuel, which would come decades later.

Oil, people later found, was uniquely convenient. To equal the amount of energy in a tank of gasoline, you need 200 pounds of wood. Pair that energy density with
30 stability under most conditions and that, as a liquid, it was easy to transport, and you have the killer application for the infrastructure age.

In a world that only had a tiny fraction of the amount of heat, light, and power available that we do
35 now, people came up with all kinds of ideas for what to do with oil's energy: cars, tractors, airplanes, chemicals, fertilizer, and plastic.

The scale of the oil industry is astounding, but it's becoming clear the world's oil supply will peak soon, or perhaps has peaked already. People discuss about the details, but no one argues that oil will play a much different role in our energy system in 50 years than it did in 1959.

The search for alternatives is on. If that search goes poorly — as some Peak Oil analysts predict —
45 human civilization will fall off an energy cliff. The amount of energy we get back from drilling oil wells in the middle of the Gulf of Mexico continues to drop, and alternative sources don't provide usable energy for humans on the generous terms that oil long has.

50 Yet humans with an economic incentive to be optimistic become optimists, and the harder we look, the more possible alternatives we find. The big question now is whether the cure for our oil addiction will come with a heavy carbon side effect.

55 Over the next 20 years, synthetic fuels made from coal or shale oil could conceivably become the fuels of the future. On the other hand, so could advanced biofuels from cellulosic ethanol or algae. Or the era of fuel could end and electric vehicles could be deployed in mass, at
60 least in rich countries.

With the massive injection of stimulus and venture capital money into alternative energy that's occurred over the past few years, the solutions for replacing oil could already be circulating among the labs and office parks
65 of the country. To paraphrase technology expert Clay Shirky talking about the media, nothing will work to replace oil, but everything might.

If history tells us anything, it's that energy sources can change, never tomorrow, but always some day.

70 "What is required is to operate without fear and to take energy transitions on as a developmental opportunity," Black said.

slightly adapted from: <http://www.wired.com/wiredscience/2009/08/oilat150/#ixzz0gW1mC0Zm>, access on Feb. 10, 2010.

11

The author's intention in this text is to

- (A) complain about the useless efforts and investments in new sources of energy.
- (B) celebrate the fact that oil has been the world's cheapest form of energy ever known.
- (C) support the worldwide view that oil is the only possible source of energy for the future.
- (D) prove that oil production is large enough to supply all the world's energy needs for the next 150 years.
- (E) stress the relevance of oil in the history of civilization and the need for alternative energy sources.

12

Alexis Madrigal comments that oil was

- (A) initially used to supply energy for lighting purposes.
- (B) less important as an energy source in the last century than biofuels.
- (C) a cheap fuel for most industrial uses and will certainly continue to be so.
- (D) found to be inappropriate to replace wood in providing energy for motors.
- (E) relatively important due to its by-products, for pharmaceuticals, fertilizers and plastics.

13

According to Brian Black in paragraphs 3 (lines 12-19) and 13 (lines 70-72), energy transitions should be

- (A) understood as phases of uncertainty when historians become more serious and aggressive.
- (B) celebrated as a special event that represents the end of non-lucrative periods in oil production.
- (C) seen as opportunities to reflect on past achievements and evaluate the right investments for the future.
- (D) taken as fearful periods in which people feel hopeless about the unstable supply and distribution of energy.
- (E) considered serious moments in history since they always bring unexpected and dangerous consequences.

14

In the fragments "...people **came up with** all kinds of ideas for what to do with oil's energy..." (lines 35-36) and "The amount of energy we **get back** from drilling oil wells..." (lines 45-46), the phrases "came up with" and "get back", can be replaced without change in meaning by, respectively,

- (A) prevented – miss
- (B) proposed – recover
- (C) supplied – destroy
- (D) suggested – invest
- (E) discarded – collect

15

The pair of words that express opposing ideas is

- (A) "...remarkable..." (line 11) – *extraordinary* .
- (B) "...sparingly." (line 25) – *economically*.
- (C) "...tiny..." (line 33) – *huge*.
- (D) "...drop," (line 47) – *fall*.
- (E) "...deployed..." (line 59) – *used*.

16

The expression in **bold type** introduces a consequence in

- (A) "**But** what began 150 years ago..." (line 7)
- (B) "**Thus**, we need to aggressively look to the future..." (lines 17-18)
- (C) "**If** that search goes poorly —" (lines 43-44)
- (D) "**Yet** human with an economic incentive to be optimistic..." (lines 50-51)
- (E) "**On the other hand**, so could advanced biofuels..." (line 57)

17

In the fragment "nothing will work to replace oil, but everything might." (lines 66-67) the verbs 'will' and 'might', respectively, convey the idea of

- (A) possibility, doubt.
- (B) fact, high probability.
- (C) probability, suspicion.
- (D) future possibility, certainty.
- (E) certainty, remote probability.

18

In paragraph 9 (lines 50-54), Alexis Madrigal shows concern for the

- (A) convenient implications of oil addiction to the ecological balance.
- (B) choice of heavy carbon as an easy alternative fuel to substitute oil.
- (C) few alternative sources of energy that would effectively replace oil.
- (D) environmental impact of the sources of energy that might replace oil.
- (E) optimistic human beings who pay incentives to choose alternatives to oil.

19

The fragment "...energy sources can change, never tomorrow, but always some day." (lines 68-69) implies that

- (A) energy sources may eventually change.
- (B) energy sources will certainly change overnight.
- (C) it is highly unlikely that energy sources will change one day.
- (D) it is possible to predict when the energy sources should change.
- (E) it is possible to anticipate the changes energy sources have to go through and their timing.

20

The title of this text is a reference to all of the facts below **EXCEPT** for

- (A) the high return on investments in drilling oil in the last 150 years.
- (B) the anniversary of the discovery of the first commercial oil source.
- (C) all of the modern developments that the finding of oil made possible.
- (D) a need to say goodbye to oil as new energy sources must be developed.
- (E) the long history of oil as a major economic industry in the modern world.

INFORMÁTICA IV

21

O funcionário de uma empresa criou, a pedido de seu diretor, uma apresentação no PowerPoint 2003 para ser exibida em uma reunião, contendo vários *slides*. Posteriormente, foi solicitado a este funcionário que alterasse a ordem dos *slides* dentro da apresentação. Qual é o procedimento a ser executado pelo funcionário para atender a essa solicitação?

- (A) Deletar os *slides* a serem alterados e recriá-los no fim da apresentação, indicando a nova ordem.
- (B) Selecionar uma ou mais miniaturas de *slide* na guia *Slides*, no modo de exibição Normal, e arrastar a seleção para o novo local.
- (C) Selecionar o modo de exibição Visualizar impressão, no menu Janela, e renumerar os *slides*.
- (D) Selecionar a opção Layout do *Slide*, no menu Formatar, e escolher a nova ordem dentre as sugeridas.
- (E) Selecionar Grades e guias, no menu Exibir, e realocar os *slides* na ordem correta.

22

Uma das inovações dos sistemas operacionais da atualidade é o conceito de multitarefa, que facilita as operações básicas e a manipulação e organização de arquivos dos usuários de computadores pessoais.

Com relação ao exposto acima, analise as afirmativas a seguir.

- I - Uma pasta ou diretório pode conter outras pastas ou diretórios, que são chamados de subpastas ou subdiretórios.
- II - Para facilitar a identificação, são permitidos nomes de até oito caracteres para arquivos e programas dentro das pastas.
- III - Arquivos gerados por softwares diferentes, quando executados simultaneamente, geram erros de acesso e identificação.
- IV - Os arquivos podem ser organizados nas pastas por ordem alfabética, tipo ou data de alteração, entre outras formas.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

23

Um usuário tentou acessar um site na Internet por meio do navegador da Microsoft Internet Explorer e recebeu como resposta a seguinte mensagem:

“O Internet Explorer não pode exibir a página da Web”.

Esse problema pode ter sido causado por vários motivos, dentre os quais **NÃO** se inclui

- (A) erro de digitação no endereço.
- (B) site temporariamente indisponível.
- (C) conectividade com a Internet perdida.
- (D) navegador não reconhecido pelo site.
- (E) servidor de Nomes de Domínio (DNS) não acessível.

24

Em uma empresa, foi criada uma norma determinando que todos os documentos produzidos devem ter o nome e o endereço da empresa inseridos no início de cada página. Com o Microsoft Word 2003, é possível atender a essa norma sem a necessidade de digitar essas informações a cada nova página incluída no documento, mas utilizando-se o comando Cabeçalho e rodapé que se encontra no menu

- (A) Arquivo.
- (B) Editar.
- (C) Exibir.
- (D) Formatar.
- (E) Tabela.

25

Entre os grandes problemas da atualidade relacionados à confidencialidade das informações um refere-se à prevenção da invasão dos computadores por pessoas mal-intencionadas. A principal forma de evitar danos causados por softwares espíões dos quais essas pessoas se utilizam para alcançarem seus objetivos é

- (A) utilizar apenas webmail para leitura das correspondências eletrônicas.
- (B) efetuar rotinas de backup semanais no disco rígido do computador.
- (C) compartilhar os principais documentos com pessoas idôneas.
- (D) possuir software antivírus e mantê-lo sempre atualizado.
- (E) navegar na internet sempre sob um pseudônimo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26

Em projeto de construção de um gasoduto no território nacional deve-se considerar, entre outros quesitos, que

- (A) a necessidade de submissão da atividade ao prévio procedimento de licenciamento ambiental dependerá da análise das características e peculiaridades do projeto pelo órgão ambiental competente, tais como extensão e localização do gasoduto.
- (B) no curso do licenciamento ambiental deverá ser elaborado Estudo Prévio de Impacto Ambiental, com seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental, tendo em vista ser a atividade potencialmente causadora de significativo impacto ambiental.
- (C) como se trata de atividade que deve se submeter ao prévio licenciamento ambiental, deverão ser realizadas audiências públicas, que têm como finalidade expor aos interessados o projeto que se pretende construir.
- (D) caso o projeto do gasoduto contenha previsão de se desenvolver em terras indígenas, o órgão ambiental estadual, competente para análise do pedido de licença ambiental, deverá considerar o exame técnico procedido pela FUNAI.
- (E) a obtenção da Licença Prévia (LP), expedida pelo órgão ambiental competente, autoriza a instalação do gasoduto, de acordo com as especificações dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

27

Sobre a criação de uma Estação Ecológica, analise as assertivas abaixo.

- I - O proprietário de terreno incluído dentro dos limites da Estação Ecológica pode impetrar mandado de segurança contra o ato de criação da Unidade de Conservação, com fundamento em seu direito líquido e certo a participar de consulta pública não realizada antes da criação desta unidade de conservação.
- II - A Estação Ecológica é uma das categorias de unidade de conservação da natureza de proteção integral e as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas.
- III - Incluído dentro dos limites da Estação Ecológica pode ajuizar ação de indenização em face do Estado, tendo em vista que esta Unidade de Conservação tem como objetivo a preservação do meio ambiente e a realização de pesquisas científicas, configurando-se o esvaziamento de seu direito de propriedade.
- IV - A Estação Ecológica é uma das categorias de unidade de conservação da natureza dentre as quais se incluem as áreas de preservação permanente.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) assertiva(s)

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

28

Considere as afirmações a seguir acerca das normas ambientais brasileiras.

- I - As pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas administrativa, civil e penalmente por danos ambientais, sendo que, para a reparação destes, prescinde-se da existência de culpa.
- II - O meio ambiente é um bem de uso comum do povo, que deve ser preservado para as presentes e futuras gerações, e o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública para apurar responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente.
- III - A União, os estados e os municípios possuem competência comum para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, devendo ser editada lei complementar que estabeleça normas para cooperação entre os entes federativos.
- IV - Em que pese destacar sua importância para a sadia qualidade de vida da coletividade, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não é um direito de terceira geração.
- V - A inversão do ônus da prova em ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente foi refutada recentemente pelo STJ.

São corretas **APENAS** as afirmativas

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e V.

29

Um contrato de compra e venda internacional de mercadorias estabelece o preço da mercadoria em dólares norte-americanos FOB Porto do Rio de Janeiro, conforme os INCOTERMS. Os Termos Internacionais de Comércio (INCOTERMS)

- (A) não integram o contrato, pois o Brasil não ratificou a Convenção de Viena sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias.
- (B) integram o contrato, como cláusulas contratuais padronizadas, desde que as partes especifiquem que o contrato se regerá pelos INCOTERMS 2000 da CCI.
- (C) são parte integrante do contrato, pois estão previstos em normas imperativas do Tratado de Paris, do qual o Brasil é parte.
- (D) são aplicáveis ao contrato, subsidiariamente, para determinar a lei aplicável e o foro do contrato no silêncio das partes.
- (E) estabelecem a submissão obrigatória do contrato à arbitragem junto à Câmara de Comércio Internacional de Paris.

30

Duas empresas brasileiras estabelecem, em um contrato internacional, a via arbitral para solução dos conflitos, devendo a dita arbitragem ocorrer no Uruguai. Surgiu uma controvérsia entre as partes quanto à forma de cumprimento de uma obrigação contratual, e uma das partes propõe a instauração da arbitragem, conforme previsto no contrato. O laudo arbitral que deu ganho de causa a uma das partes

- (A) somente pode ser executado no Uruguai, sede da arbitragem, porque o Brasil não ratificou a Convenção de Nova York.
- (B) não precisa ser homologado, porque a Convenção de Nova York dispensa a homologação judicial dos laudos arbitrais.
- (C) prescinde de homologação, porque o Protocolo de Las Leñas permite a execução direta dos laudos arbitrais do Mercosul.
- (D) precisa ser homologado pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo sendo um laudo arbitral proveniente de país membro do Mercosul.
- (E) precisa ser submetido ao processo de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça para poder ser executado no Brasil.

31

Um contrato de compra e venda entre uma empresa brasileira e uma empresa norte-americana contém cláusula indicando como foro competente o Rio de Janeiro, e outra cláusula indicando as leis das Ilhas Cayman como aplicáveis ao mesmo. O contrato foi assinado nos Estados Unidos, em um estado onde há plena autonomia da vontade para escolha da lei aplicável. Caso o contrato seja objeto de uma disputa judicial no foro escolhido, a cláusula de lei aplicável

- (A) será considerada inválida, porque as Ilhas Cayman não guardam suficientes vínculos com o contrato para justificar a escolha da lei desse país.
- (B) não será considerada válida no Brasil, pois o artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil tem caráter imperativo.
- (C) será considerada válida porque, nos termos do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil, a lei aplicável ao contrato é a do local da sua constituição.
- (D) não será válida no Brasil, pois a cláusula de lei aplicável deve sempre seguir a cláusula de foro.
- (E) será considerada inválida no Brasil, tendo em vista que o contrato foi firmado entre duas empresas que não têm sede nas Ilhas Cayman.

32

Suponha a seguinte situação: em 2007, a BR Distribuidora firmou contrato com empresa privada. Posteriormente, foi promulgada emenda constitucional que afetava obrigações assumidas pela BR Distribuidora relativas ao pagamento mensal dos valores acordados no contrato.

- Considerando que a emenda constitucional nada dispõe sobre retroatividade, em tal caso, a emenda constitucional
- (A) não é dotada de retroatividade, pois tem vigência imediata, mas afeta apenas as obrigações futuras.
- (B) é dotada de retroatividade mínima, pois tem vigência imediata, mas afeta apenas as obrigações futuras.
- (C) é dotada de retroatividade média, pois tem vigência imediata, mas afeta apenas as obrigações futuras.
- (D) é dotada de retroatividade máxima, pois tem vigência imediata e afeta todas as obrigações contratuais (pagas, pendentes e vincendas).
- (E) é dotada de retroatividade máxima, mas não afeta os termos do contrato, que está protegido pelo ato jurídico perfeito.

33

Considere as seguintes afirmações a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

- I - a LDO é de iniciativa privativa do Presidente da República;
- II - o projeto de LDO não admite emenda que trate de matéria não orçamentária;
- III - o projeto de LDO pode ser rejeitado pelo Congresso Nacional;
- IV - a LDO, por se tratar de Norma de efeitos concretos, não pode ser objeto de ADIn.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e II. (B) II e III.
- (C) I, II e IV. (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

34

Em 2002, entrou em vigor uma lei federal que regulava a cobrança de determinado tributo, de acordo com a Constituição de 1988. Em 2009, no entanto, foi aprovada uma emenda constitucional que tornou a lei incompatível com a Constituição.

Para que uma empresa não recolhesse mais o tributo, com base na tese da incompatibilidade entre a lei federal e a emenda constitucional de 2009, qual ação o seu advogado deve ajuizar?

- (A) Mandado de segurança.
- (B) Mandado de segurança coletivo.
- (C) Mandado de injunção.
- (D) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (E) Ação direta de inconstitucionalidade.

35

Sobre as sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividades econômicas pode-se afirmar que

- I - não é necessária autorização legislativa para a criação de subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa de economia mista matriz;
- II - as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica estão sujeitas à fiscalização do TCU;
- III - as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica e suas subsidiárias não estão sujeitas ao princípio da licitação nos contratos de obras e serviços;
- IV - as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e II. (B) I e IV.
- (C) II e III. (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

36

O Tribunal de Contas da União (TCU) instaurou, em 2009, Tomada de Contas Especial visando à apuração de irregularidades e à identificação de responsáveis em decorrência de atos praticados no âmbito de sociedade de economia mista federal. A esse respeito, de acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, conclui-se que

- (A) o TCU extrapolou suas competências constitucionais, pois não lhe é lícito exercer o controle externo sobre entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, uma vez que seus servidores estão sujeitos ao regime celetista.
- (B) a atuação do TCU é juridicamente correta desde que a sociedade de economia mista em questão seja uma empresa estatal dependente, conforme critérios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) o instituto da Tomada de Contas Especial não é aplicável às sociedades de economia mista, pois seus bens e direitos são privados, não se confundindo com o patrimônio público, de modo que eventual lesão não atinge o erário.
- (D) a postura do TCU é inconstitucional, pois invade as competências regulatórias e sancionatórias outorgadas às agências reguladoras para controlar os diversos segmentos de atuação das sociedades de economia mista federais.
- (E) a postura do TCU é juridicamente correta, pois sua competência abrange a instauração de Tomada de Contas Especial de administradores das entidades integrantes da administração indireta federal, inclusive sociedades de economia mista.

37

O presidente de uma sociedade de economia mista federal formulou consulta à sua assessoria jurídica indagando sobre a aplicação do limite máximo de remuneração previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição da República (subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal) no âmbito daquela entidade. A assessoria jurídica deverá responder que

- (A) as sociedades de economia mista são dotadas de personalidade jurídica de direito privado e, por essa razão, não se submetem às restrições remuneratórias próprias das entidades integrantes da Administração pública direta.
- (B) as sociedades de economia mista, embora dotadas de personalidade jurídica de direito privado, submetem-se ao regime de direito público no que tange aos direitos e às obrigações trabalhistas, estando, por essa razão, submetidas ao limite máximo de remuneração.
- (C) as sociedades de economia mista federais são dotadas de ampla autonomia administrativa e, por tal razão, gozam de absoluta independência para a instituição da política remuneratória de seus empregados, sem qualquer submissão ao regime juspublicista.
- (D) o limite máximo de remuneração previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição da República aplica-se às sociedades de economia mista federais e suas subsidiárias quando receberem recursos da União para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- (E) o limite máximo de remuneração previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição da República aplica-se somente às sociedades de economia mista federais instituídas após a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 19/98, oportunidade em que foi estabelecida a restrição remuneratória.

38

Em âmbito federal, o direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários

- (A) não se submete a prazo decadencial, em decorrência do princípio da legalidade.
- (B) decai em dez anos, contados da data da ciência do vício de legalidade, salvo comprovada má-fé.
- (C) decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (D) decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (E) prescreve em cinco anos após o término do exercício de mandato, cargo em comissão ou função de confiança.

39

O Governador de determinado Estado-membro da Federação brasileira declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel pertencente a município situado em seu território. Analisando a juridicidade do decreto expropriatório em tela, conclui-se que a desapropriação pretendida pelo Governador

- (A) é juridicamente impossível, pois os bens públicos são imprescritíveis.
- (B) é juridicamente possível, desde que tenha sido precedida de autorização legislativa.
- (C) é juridicamente possível, desde que tenha sido precedida de autorização por decreto da Chefia do Poder Executivo Federal.
- (D) não tem base legal, pois a desapropriação é forma derivada de aquisição da propriedade.
- (E) não tem base legal, pois os bens públicos não são expropriáveis.

40

A respeito das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas na Lei Federal nº 8.666/93, analise as assertivas abaixo.

- I - Nos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- II - O procedimento licitatório é dispensável, a critério da autoridade administrativa, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela Administração, por meio de especificações usuais no mercado.
- III - As hipóteses de inexigibilidade de licitação encontram-se taxativamente previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

É correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I. (B) II.
- (C) III. (D) I e II.
- (E) I e III.

41

NÃO cabe ao Estado instituir imposto sobre

- (A) circulação de mercadorias.
- (B) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens e direitos.
- (C) prestação de serviços de comunicação.
- (D) prestação de serviços de transporte municipal.
- (E) prestação de serviços de transporte interestadual.

42

Suponha-se que determinada empresa, estando em débito com a fazenda pública municipal em razão do não recolhimento do imposto sobre serviços relativo ao último ano, promova o parcelamento do valor devido, de acordo e na forma das condições estabelecidas em lei própria. Nesse caso, o parcelamento

- (A) suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- (B) concede remissão ao crédito tributário.
- (C) extingue o crédito tributário.
- (D) exclui o crédito tributário.
- (E) promove a compensação com créditos vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal.

43

A contribuição social pode ser cobrada pela

- (A) União, somente.
- (B) União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, desde que não seja cobrada a contribuição previdenciária de seus servidores para aplicação em benefício destes.
- (C) União, livremente, e pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios desde que seja a contribuição previdenciária cobrada de seus servidores para aplicação em benefício destes.
- (D) União, pelos estados e pelo Distrito Federal.
- (E) União e, de forma suplementar, pelos estados.

44

A vedação constitucional à cobrança de tributos, antes de decorridos noventa dias da data em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, **NÃO** se aplica à(ao)

- (A) fixação da base de cálculo do Imposto sobre Serviços.
- (B) fixação da base de cálculo do Imposto sobre Veículos Automotores.
- (C) Imposto sobre Grandes Fortunas.
- (D) Imposto Territorial Rural.
- (E) Imposto sobre Produtos Industrializados.

45

Com base na legislação da época, a alíquota do IPI para determinado produto, em 2006, era de 20%. Através de sucessivas alterações, tal alíquota passou para 15% em 2007, 5% em 2008 e 25% em 2009 e 2010. Em janeiro de 2010, a Receita Federal verificou que certa indústria, fabricante desse produto, não recolhera o IPI correspondente aos períodos de 2006, 2007, 2008 e 2009. Para fins de lançamento, o Fisco deve utilizar-se da alíquota de

- (A) 5% para todos os períodos, com base no princípio da retroatividade da lei mais benigna aplicável ao contribuinte.
- (B) 15% para todos os períodos.
- (C) 15% para 2006 e 2007 e da alíquota de 5% para 2008 a 2010.
- (D) 20% para todos os períodos.
- (E) 20% para 2006, 15% para 2007, 5% para 2008 e 25% para 2009.

46

Qual é o órgão da sociedade anônima de capital aberto que tem competência para a alienação de bens do Ativo Permanente de uma companhia?

- (A) Diretoria.
- (B) Assembleia Geral.
- (C) Conselho Fiscal.
- (D) Conselho de Administração.
- (E) Conselho Consultivo.

47

Com relação aos títulos de crédito, analise as afirmações a seguir.

- I - O título de crédito é o documento necessário para o exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produzindo efeitos quando se coaduna com os requisitos da lei.
- II - A letra de câmbio é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo.
- III - A nota promissória é uma ordem de pagamento a prazo.
- IV - A duplicata é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo.
- V - O cheque é uma ordem de pagamento à vista.

São corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II, III e V.
- (E) I, II, IV e V.

48

Em qual dos contratos mercantis abaixo **NÃO** se aplicam as regras gerais previstas em lei?

- (A) Na compra e venda mercantil, o vendedor, além de transferir o domínio da coisa vendida, também se compromete por vício redibitório e evicção.
- (B) Na compra e venda mercantil, no que diz respeito à responsabilidade pelo transporte da mercadoria transacionada, via de regra, cabem ao comprador as despesas com a tradição.
- (C) Na representação comercial, inexistente vínculo de emprego entre o representado e o representante comercial autônomo, sendo que a subordinação deste àquele tem caráter empresarial, para fins do exercício da atividade econômica.
- (D) Na comissão mercantil, o comissário, em nome próprio, obriga-se a realizar negócios mercantis por conta do comitente, assumindo, portanto, responsabilidade pessoal perante terceiros pelos atos praticados.
- (E) No contrato de franquia, o empresário (franquiador) licencia o uso de sua marca a outro (franquiado) e presta-lhe serviços de organização empresarial, com ou sem venda de produtos.

49

Analise as afirmações a seguir, com base na Lei nº 11.101/2005 (que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária).

- I - As obrigações a título gratuito não são exigíveis do devedor na recuperação judicial e na falência.
- II - A decretação da falência das concessionárias de serviços públicos implica extinção da concessão, na forma da lei.
- III - O prazo de contestação na falência é de 15 (quinze) dias.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmação(ões)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

50

Considerando que a relação de trabalho temporário enseja uma relação trilateral envolvendo o trabalhador temporário, a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora dos serviços ou empresa cliente, de acordo com a disciplina da Lei nº 6.019/74 e do Decreto nº 73.841/74, tem-se que

- (A) é uma das exceções legais à vedação de terceirização de atividade-fim da empresa tomadora, em razão de seu caráter contínuo (artigo 10 da Lei nº 6.019/74) e de suas finalidades específicas.
- (B) é a única modalidade de terceirização em que o trabalhador presta serviços de natureza pessoal ao tomador, sem que haja a configuração do vínculo de emprego com este, sendo que a vinculação permanece com a empresa de trabalho temporário.
- (C) a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, nos termos da Súmula nº 331, item I, do C. T.S.T., formando-se o vínculo sempre com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho de temporada.
- (D) se confunde o trabalhador temporário com o empregado contratado por prazo certo, pois este último também possui vínculo de emprego com o tomador dos respectivos serviços, regendo-se pelas disposições da CLT (artigo 433 e seguintes).
- (E) se confunde o trabalhador temporário com o empregado contratado por prazo certo, pois a Lei 6.019/74 não instituiu rol de direitos menos favoráveis do que a CLT (artigo 433 e seguintes).

51

Sucessão trabalhista, também conhecida por alteração contratual subjetiva, traduz-se, em síntese, na substituição de empregadores, com imposição de créditos e débitos. A esse respeito, considere as afirmações a seguir.

- I - A caracterização está contida no art. 10 da CLT, ao versar que qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa poderá afetar os direitos adquiridos por seus empregados.
- II - A caracterização está contida no art. 448 da CLT, ao versar que a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa poderá afetar os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- III - A utilização do termo empresa na lei ressalta a despersonalização do empregador, enfatizando a vinculação do contrato de trabalho à própria atividade empresarial, independente de quem venha a ser titular.
- IV - A precisão dos preceitos legais relativos à sucessão não permite que a jurisprudência proceda ao processo de adequação do sentido das normas às constantes transformações ocorridas na realidade concreta.

São corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I
- (B) III
- (C) II e IV
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

52

Os altos empregados são assim entendidos como aqueles que, dentro do universo interno empresarial de hierarquia e distribuição de poderes, acabam por concentrar prerrogativas de direção e gestão próprias do empregador. Trata-se de ocupantes de cargos de chefia, direção ou demais funções de gestão que se caracterizam pela elevada fécula do empregador e recebem tratamento legislativo diferenciado, posto que, não raras vezes, a sua atuação confunde-se com a do próprio titular do empreendimento. São eles:

- (A) os empregados ocupantes de cargos ou funções de gestão ou de confiança, regidos pelo artigo 62, inciso II, da CLT, com exceção do setor bancário.
- (B) os empregados ocupantes de cargos ou funções de confiança bancários, regidos pelo artigo 222 da CLT.
- (C) os acionistas minoritários com o *status* jurídico de empregados subordinados.
- (D) os prepostos da pessoa jurídica com o *status* jurídico de empregados subordinados.
- (E) a figura do diretor eleito, exclusivamente, que tenha sido empregado da empresa.

53

Nos termos dos artigos 2º e 3º da CLT, é pressuposto configurador da relação de emprego a

- (A) prestação de serviços por pessoa jurídica a um tomador.
- (B) impessoalidade em relação ao empregado.
- (C) eventualidade dos serviços prestados.
- (D) subordinação jurídica.
- (E) não onerosidade.

54

A competência para julgamento de embargos de terceiros na execução por carta precatória é do juízo

- (A) deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios e irregularidades da penhora, avaliação ou alienação de bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.
- (B) deprecante, salvo se versarem, sobre erros essenciais e omissões, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.
- (C) deprecante, salvo se versarem, sobre atos de serventia, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.
- (D) deprecado, em qualquer hipótese, durante toda a execução.
- (E) deprecado, pois os embargos podem ser oferecidos tanto no juízo deprecante quanto no deprecado.

55

É cabível Recurso de Revista fundado em contrariedade à Orientação Jurisprudencial, em Procedimento Sumaríssimo?

- (A) Sim, pois o TST também está afeito a esse rito.
- (B) Sim, pois as orientações jurisprudenciais nada diferem dos enunciados de súmulas trabalhistas.
- (C) Sim, por expressa autorização legal prevista na CLT.
- (D) Não, pois a previsão legal não está contida na CLT, mas sim na exposição de motivos do CPC.
- (E) Não, por ausência de previsão legal na CLT.

56

Nos termos da dicção do art. 496 da CLT, quando a reintegração do empregado estável for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização. Tal faculdade, dada ao tribunal, encontra-se lastreada, como uma exceção, ao princípio processual trabalhista da(o)

- (A) fungibilidade.
- (B) celeridade.
- (C) duplo grau.
- (D) dispositivo.
- (E) contraditório.

57

Em contrato de fiança bancária, foi estipulada dupla garantia: nota promissória e caução com duplicatas. Esse fato, por si só, representa

- (A) condição potestativa pura, sendo nula.
- (B) enriquecimento sem causa do credor.
- (C) *bis in idem* que o Direito repudia.
- (D) a possibilidade de opção do credor por uma delas.
- (E) abuso de direito por desequilibrar o contrato.

58

As proposições a seguir apresentam uma caracterização de posse seguida de uma explicação que encontra fundamento legal, **EXCETO**,

- (A) até prova em contrário, a posse mantém suas características iniciais / fato este que envolve tanto suas qualidades como sua origem.
- (B) a posse existe como um todo unitário e incidível / é a presença ou ausência de certos elementos que vai especificá-la.
- (C) a posse justa não tem vícios desde a origem / se os detentores mantêm a coisa em seu poder.
- (D) a violência estigmatiza a posse / sendo violenta, a posse não merece a proteção do direito.
- (E) a posse precária representa a frustração da confiança / tal precariedade ocorre em momento posterior à apreensão da coisa.

59

Se o sócio se utilizar da sociedade como escudo protetivo e passar a ocultar seus bens pessoais no patrimônio da sociedade, configurar-se-á hipótese de

- (A) desconsideração inversa.
- (B) conflito de interesses entre partes relacionadas.
- (C) desconsideração da personalidade jurídica da sociedade.
- (D) responsabilidade subsidiária da sociedade.
- (E) confusão patrimonial fraudulenta.

60

A imputação de responsabilidade civil, portanto, supõe a presença de dois elementos de fato, que são a conduta do agente e o resultado danoso; e de um elemento lógico-normativo, o nexa causal.

Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS

Considerando o contexto acima, o caráter lógico-normativo do nexa causal se vincula

- (A) ao elo referencial que conecta conduta e dano.
- (B) aos efeitos indiretos relacionados à conduta danosa.
- (C) ao grau de culpa do agente do dano.
- (D) à reprovabilidade da conduta danosa.
- (E) a qualquer condição com potencial para produzir o dano.

61

A teoria e disciplina clássicas das transferências de riquezas, se resultaram adequadas a um sistema econômico individualista e pouco dinâmico, não podiam satisfazer as exigências da moderna economia de massas, caracterizada pelo extraordinário incremento do volume de trocas e pela crescente estandardização e impessoalidade.

ROPPO, E. **O contrato**. São Paulo: Almedina, 2009, p. ??

A análise do texto acima remete a qual das seguintes concepções a respeito de contrato?

- (A) A impessoalidade na construção do vínculo contratual atinge o princípio da relativização dos efeitos dos contratos.
- (B) A nova realidade econômica permitiu o desenvolvimento de um novo paradigma de contratação.
- (C) O contrato deixa de guardar relação com a autonomia da vontade, visto que passa a ser padronizado.
- (D) O princípio da tipicidade contratual ganha força, na medida em que se insere na tendência de crescente homogeneização dos vínculos contratuais.
- (E) As cláusulas contratuais são cada vez mais genéricas e estandardizadas, o que remete a uma interpretação extensiva.

62

São requisitos do instituto da lesão, **EXCETO**

- (A) onerosidade excessiva para um dos contratantes.
- (B) desproporcionalidade das prestações.
- (C) imprevisibilidade do fator de desestabilização do contrato.
- (D) inexperiência de um dos contratantes.
- (E) imperativo em contratar de uma das partes.

63

José e Amanda Gonçalves ingressam com ação de rescisão de negócio jurídico em face de Leandro e Maria Vidal, alegando que as partes celebraram uma promessa de compra e venda do apartamento X, da Rua Y, ocasião em que os réus registraram que “declaram os proprietários que nada existe contra seus nomes e o imóvel em tela que possa impossibilitar a efetivação deste compromisso de compra e venda”, sendo certo que o imóvel estava hipotecado. Sabe-se que os autores só retiraram as certidões relacionadas ao apartamento, quando já haviam pago 70% do valor do imóvel. Nesse caso, a venda

- (A) é nula porque os autores foram vítimas de erro substancial, que lhes turbou a vontade.
- (B) é anulável, ante a presença de erro escusável por parte dos autores.
- (C) é válida e não há nenhuma falsidade na afirmativa dos réus, ante a natureza jurídica da hipoteca.
- (D) não produz efeitos, visto que a falsa representação da realidade suprime a vontade dos autores.
- (E) está sujeita a uma condição suspensiva, qual seja a baixa da hipoteca.

64

A BR S.A. propõe cerca de cem ações cognitivas, de conteúdo similar, distribuídas a juízos com competência cível do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Cerca de trinta dessas ações são apresentadas à Segunda Vara Cível da Comarca da Capital que instrui, na íntegra, cinco dessas ações, proferindo sentença de mérito com a improcedência do pedido. A autora apresentou recurso tempestivo em todas as ações. Com base nas seguidas decisões proferidas, o magistrado indeferiu a petição inicial das ações restantes, julgando improcedentes os pedidos nelas contidos. No sistema adotado no Brasil, o ato do juiz que indeferiu a inicial é

- (A) despido de arrimo legal.
- (B) agravável.
- (C) apelável.
- (D) passível de retratação.
- (E) recorrível.

65

Um motorista profissional é surpreendido por veículo de propriedade da Empresa X, em via pública, que colide com o seu automóvel, gerando inúmeros prejuízos. O veículo é utilizado para serviços que o motorista presta como profissional autônomo e permaneceu em reparos pelo período de trinta dias. Após tentativa amigável, ele não obtém sucesso na reparação dos danos causados e propõe ação com pedido condenatório, fixando o valor de causa em R\$ 30.000,00, correspondente aos danos causados. Regulamente citada, a empresa apresenta contestação, impugnando os documentos mostrados pelo autor, que anexou aos autos somente um orçamento, não permitindo a comparação com outras empresas especialistas em reparos automotivos. Não anexa documentos e nem requer outras provas. Foi designada audiência de instrução e julgamento, não tendo as partes apresentado outros documentos, nem testemunhas e ainda não tendo requerido prova pericial. Após as alegações finais, o magistrado profere sentença, em audiência, julgando procedente totalmente o pedido formulado, condenando a ré nas custas e em honorários de dez por cento do valor dado à causa. Não houve recurso, ocorrendo o trânsito em julgado. Analisando o caso, verifica-se que

- (A) a empresa deveria ter apresentado reconvenção.
- (B) a prova pericial deveria ter sido determinada quando da impugnação ao documento apresentado.
- (C) a contestação sem documentos caracteriza a revelia.
- (D) o valor da causa não está adequado ao benefício econômico postulado.
- (E) as partes, não tendo apresentado outras provas, permitem que ocorra a sentença de mérito.

66

Caio, Gerente comercial da Empresa X – estatal de economia mista, após os trâmites de estilo, subscreve, como representante legal da empresa, contrato de prestação de serviços com a Empresa Y, especialista na manutenção de cabos elétricos. Durante o período de dez meses, o serviço transcorre normalmente. No décimo-primeiro mês, a empresa Y falha, seguidamente, na prestação dos serviços avançados, sofrendo multa prevista no contrato. Inconformada, a empresa contratada impetra mandado de segurança contra o ato do Gerente comercial da Empresa X. No desenvolvimento da análise desse caso, constatou-se que

- (A) a ação popular é cabível diante do prejuízo para a Administração Pública.
- (B) o *mandamus* é perfeitamente cabível por ser o ato atacado de autoridade.
- (C) as características peculiares das empresas controladas pelo Estado permitem, regra geral, o manejo da ação mandamental.
- (D) os atos de gestão comercial das empresas públicas ou sociedades de economia mista não são atacáveis por mandado de segurança diante da novel legislação.
- (E) os atos de gestão comercial somente estão infensos ao controle mandamental, se praticados pelo presidente da empresa pública ou sociedade de economia mista.

67

Nero, brasileiro, empresário, residente na Comarca de Varre-Sai, é surpreendido com ato citatório em execução fiscal proposta pelo INSS e distribuído ao Juízo Estadual da Comarca de Varre-Sai. Aduz, em defesa, a incompetência absoluta daquele Juízo para conhecer e julgar o processo, requerendo a remessa dos autos ao Juízo Federal. A alegação defensiva é rejeitada, prosseguindo-se com a execução, tendo sido penhorado o único bem imóvel de Nero, onde o mesmo habita com sua esposa e cinco filhos. Nesse caso, de acordo com a legislação, deve-se considerar que a(o)

- (A) penhora em tela não é cabível, pois não se trata de tributo incidente sobre o imóvel.
- (B) a competência do Juízo estadual é originária.
- (C) execução fiscal, como procedimento especial, admite a penhora de bem de família.
- (D) a incompetência do Juízo estadual é relativa.
- (E) recurso contra a decisão que fixou a competência do Juízo deve ser julgado por Tribunal de Justiça.

68

Caio, brasileiro, comerciante, promove ação de despejo em face de Empédocles, pela falta de pagamento dos alugueres, correspondentes a três meses de locação. O réu, regulamente citado, não apresenta contestação, sendo declarada sua revelia e julgado procedente o pedido. No prazo de recurso, o réu ingressa nos autos e apresenta apelação, julgada por acórdão unânime do tribunal, negando provimento ao recurso. Inconformado, apresenta recurso extraordinário, aduzindo violação ao devido processo legal, bem como aos princípios do contraditório e da ampla defesa, nenhum deles objeto de análise, pelo acórdão, que se limitou a aferir a ausência de pagamento dos alugueres devidos, a inexistência de purga da mora e, ainda, a ausência de vícios no ato citatório, temas constantes de lei federal. Nessas condições, tem-se que

- (A) o recorrente apresentou fundamento comprobatório da repercussão geral do seu caso.
- (B) o revel pode recorrer, ao seu cientificado do processo, no prazo de recurso.
- (C) o recurso especial é incabível, diante dos fundamentos do acórdão.
- (D) o recurso extraordinário deve ser admitido pela instância de origem, por preencher os pressupostos legais.
- (E) o recurso extraordinário, caso ultrapasse a instância de origem, deve ser conhecido, por ausência de prequestionamento.

69

Átrio, regularmente representado por seu genitor, impetra mandado de segurança contra ato do Governador do Estado de São Paulo, tendo em vista que aduziu ter sido preterido em concurso público nas vagas destinadas a portadores de necessidades especiais, consoante previsão normativa. O processo foi distribuído, originariamente, a Desembargador do TJ/SP que, após proceder aos trâmites legais, levou seu voto ao órgão colegiado para julgamento. O acórdão proferido pelo órgão competente do TJ/SP denega a segurança, por maioria de votos. Inconformado, Átrio apresenta recurso especial, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, que não é admitido pelo órgão de origem, sendo interposto agravo de instrumento, também não conhecido. Diante disso, o(a)

- (A) recurso ordinário, no caso, somente caberia, se procedente o pedido.
- (B) recurso cabível é o ordinário de apelação.
- (C) caso seria de recurso extraordinário.
- (D) decisão deve ser atacada por recurso ordinário.
- (E) decisão, não sendo unânime, caberiam embargos infringentes.

70

Nero propõe ação de cobrança por meio do procedimento sumário em face de Empédocles tendo requerido provas documental, testemunhal e pericial. Anexou rol de testemunhas e quesitos de perícia. Foi realizada audiência de conciliação, sem acordo. Após, foi determinada prova pericial, nomeado experto, fixados os honorários que não foram depositados. O magistrado proferiu despacho, intimando a parte autora, por publicação no Diário Oficial, para depositar os honorários, em cinco dias, pena de perda da prova requerida. Silente o autor, foi proferida sentença de improcedência, por ausência de provas dos fatos articulados na exordial. No prazo para oferecimento de embargos de declaração, ingressou nos autos Claudius, filho de Nero, por meio do seu representante judicial, comunicando o falecimento do seu pai, em data anterior ao despacho publicado, aduzindo ser único herdeiro e postulando a declaração de nulidade de todos os atos praticados a partir da data do falecimento e requerendo a suspensão do processo. Analisando esse caso, tem-se que

- (A) a habilitação dos sucessores deve ocorrer após a suspensão do processo.
- (B) prazos são interrompidos através dos embargos de declaração.
- (C) o falecimento comunicado após a sentença incide a preclusão.
- (D) os atos processuais, após o falecimento, são perfeitos.
- (E) os embargos declaratórios não são de molde a permitir a declaração de nulidade dos atos processuais.





QUESTÕES DISCURSIVAS

Questão nº 1

O Ministério Público do Estado do Paraná, em litisconsórcio com o Ministério Público Federal, promove ação civil pública em face de uma distribuidora e de cerca de cem postos de gasolina que portam a bandeira desta, aduzindo violações diversas a dispositivos do Código do Consumidor, bem como de regras pertinentes à livre concorrência, apresentando, juntamente com a peça exordial, inúmeros documentos, incluindo pareceres técnicos. Regulamente citados, os réus apresentam contestação, utilizando o prazo em dobro previsto em lei, apresentando documentos com suas defesas, bem como também pareceres técnicos sobre a questão. O magistrado diante do quadro probatório julga antecipadamente a lide, acolhendo o pedido na integralidade, impondo o recolhimento das custas do processo e honorários advocatícios, *pro rata*, de dez por cento do valor dado à causa aos sucumbentes. Inconformados, todos os réus ofertaram apelação recebida no duplo efeito. O Tribunal Regional Federal acolheu o recurso, declarando a nulidade do processo a partir da sentença e determinando a produção de prova pericial. Inconformados, os órgãos ministeriais apresentaram embargos de declaração com intuito de prequestionar matéria não ventilada na decisão. Os embargos foram rejeitados. A seguir, foram apresentados recursos especial e extraordinário, julgados desertos, por falta de pagamento das custas devidas. Houve recurso de tal decisão.

Analisar o texto, enfocando aspectos da ação civil pública, competência dos recursos, das custas, da sucumbência, das provas, da anulação da sentença.

(valor: 10,0 pontos)



RASCUNHO

Questão nº 2

Distribuidora X se insurge em face de procedimento adotado pela Empresa Y denominado faturamento antecipado, prática que pretende seja reconhecida como abusiva e ilícita.

Em linhas gerais, a Empresa Y realiza um faturamento de valores correspondentes a produtos solicitados pela Distribuidora X e por esta não retirados no curso do mês superveniente, fazendo, inclusive, incidir encargos (juros). A cobrança e o pagamento de tais valores, segundo a Empresa Y, são condições para o prosseguimento da relação com a X. A Empresa Y fundamenta sua prática na lei, nas práticas do mercado e *na então vigente* Portaria 72/2000 da ANP. “Art. 10. O saldo de quota será incorporado à quota do mês seguinte.” E, de acordo com o seu Artigo 2º, IX: “A t. 2º Para os fins desta Portaria, ficam estabelecidas as seguintes definições: IX - saldo de quota: volume não recebido ou não retirado pelo distribuído;”.

Sabe-se que a Distribuidora X não tem linha de crédito a seu favor junto à Empresa Y e que, no contrato, há cláusula (também impugnada pela distribuidora) a qual consigna que o pagamento para os adquirentes sem crédito pré-aprovado deve ocorrer em uma única parcela e à vista.

Analisar a situação jurídica vivenciada pelas empresas, emitindo parecer que esgote a fundamentação e a argumentação possíveis.

(valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO



RASCUNHO